

Representações sociais acerca do desenvolvimento sustentável: as perspectivas de residentes de pequenas cidades insulares

Ana Fuentes Sánchez ^I
Ana Moura Arroz ^{II}
Rosalina Gabriel ^{III}

^I Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, Açores, Portugal.

^{II} cE3c/ABG – Centre for Ecology, Evolution and Environmental Changes/ Azorean Biodiversity Group & FCSH – DP, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, Açores, Portugal.

^{III} cE3c/ABG – Centre for Ecology, Evolution and Environmental Changes/ Azorean Biodiversity Group & FCAA – DCEA, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, Açores, Portugal.

Resumo: O desenvolvimento sustentável (DS) figura entre as metas da sociedade contemporânea, sublinhando a imprescindibilidade da sua redefinição coletiva e apropriação social e pessoal. Para isso é relevante analisar como é que os indivíduos apreendem o processo de construção da sustentabilidade. A representação social do DS de uma amostra intencional de 64 stakeholders oriundos de cinco cidades açorianas foi explorada através de análises prototípica e de similaridade de uma associação livre de palavras. Os dados foram analisados recorrendo aos programas Evocation 2003 e IRAMUTEQ e interpretados de acordo com a abordagem estrutural das representações sociais. A representação resultante identifica os três pilares clássicos do DS, os seus principais desafios e opções estratégicas. Salienta-se o lugar central da vertente económica, interligada com a ambiental e a social, embora esta última tenha menor ênfase. Importa acompanhar a evolução desta noção de DS que parece mais sofisticada do que as encontradas noutros estudos.

Palavras-chave: Açores (Portugal); ambiente; economia; governança; sociedade.

São Paulo. Vol. 24, 2021

Artigo Original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180212r1vu2021L3AO>

1. Introdução

A gestão participativa tem vindo a ser considerada um elemento chave na promoção da sustentabilidade, caracterizando-se por envolver os diferentes implicados nos processos de decisão política e na sua concretização (IAP2, 2014). Neste sentido, os governos têm vindo a explorar novas formas de incluir os cidadãos e as organizações da sociedade civil na formulação de políticas públicas (VASCONCELOS, 2015). Aliás, o compromisso com o desenvolvimento sustentável (DS), reafirmado na Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento de Samoa (UN, 2014), assume a necessidade de uma ampla aliança de pessoas, governos, sociedade civil e setor privado, trabalhando para alcançar o futuro desejável.

No entanto, os cidadãos têm sido pouco ouvidos sobre o que significa para eles o DS e que metas específicas este deverá contemplar. Embora a sondagem alargada de cidadãos sobre modelos de desenvolvimento e a incorporação das suas perspectivas nas tomadas de decisão não sejam tarefas fáceis, o empoderamento que delas decorre constitui uma condição necessária à concretização das políticas que ajudam a gizar a sustentabilidade.

Nesta pesquisa torna-se relevante perceber como é que os cidadãos de algumas cidades dos Açores, entendem o DS e como eventualmente o perspectivam no contexto local, tanto mais que muito poucos estudos têm explorado estas questões. Integrada numa investigação mais alargada, relativa à identificação de problemas e metas de desenvolvimento em cidades insulares de pequena e média dimensão (FUENTES-SÁNCHEZ et al., 2021), este estudo procurou desvendar a representação social (RS) de DS de residentes em cinco cidades açorianas: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Horta. Os estudos realizados em ilhas gozam hoje em dia de um crescente e amplo reconhecimento, uma vez que têm sido consideradas como laboratórios de investigação, muito úteis para testar estratégias e teorias (ex. teoria das redes sociais) e para observar as dinâmicas identitárias regionais e nacionais e a afirmação da sua especificidade cultural (GIL, 2016; ICEF7, 2018).

2. Fundamentação teórica

2.1 Desenvolvimento sustentável: entre a desiderabilidade social e a ambiguidade conceitual

A publicação de várias obras de referência e a 1ª cimeira das Nações Unidas sobre Ambiente Humano em 1972 (ex. GABRIEL et al., 2014) marcam, no terceiro quartel do século XX, o início da reflexão em torno do DS, vinculada, num primeiro momento aos impactos da ação humana no ambiente.

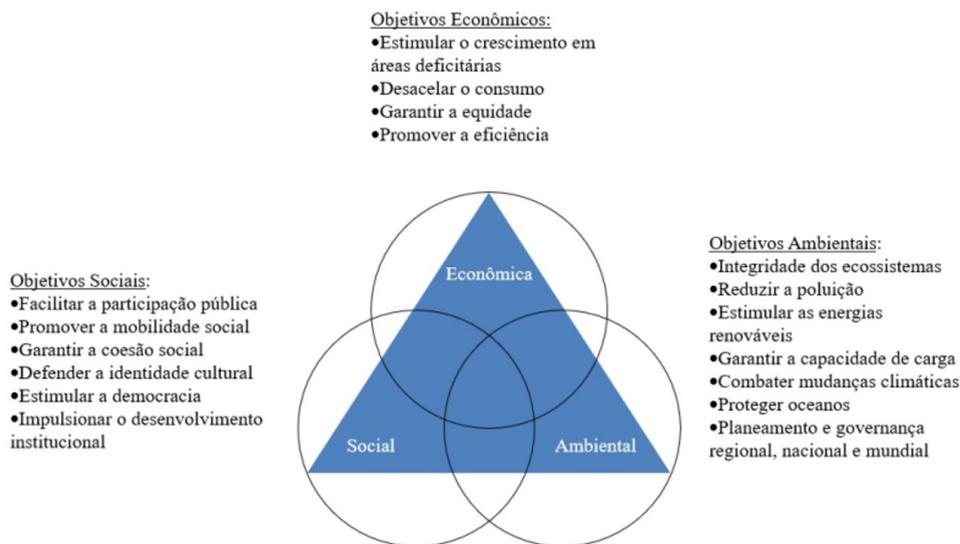
Enunciado desde 1987 como tendo o imperativo de atender “às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.43), o DS, longe de consensual, continua a revelar-se um conceito ambíguo, impreciso e difícil de operacionalizar, embora reconhecido como essencial para o futuro da humanidade e do planeta.

Apesar desta ambiguidade, é possível reunir um relativo consenso em torno de três pilares da sustentabilidade – social, econômica e ambiental – cada um deles com objetivos específicos e nem sempre consonantes entre si (Figura 1), mas que devem assegurar a sua integridade, ao mesmo tempo que concorrem para uma integração mútua (UN, 2015; LÓPEZ; ARRIAGA; PARDO, 2018). Comumente representado por três círculos que apenas garantem a sustentabilidade no espaço de interseção (ex. VOSS; BAUKNECHT; KEMP, 2006), este modelo tornou-se quase onipresente (CAMPBELL; HECK, 1999; JAMES; MAGEE, 2017; PURVIS; MAO; ROBINSON, 2019).

A dimensão ambiental considera a capacidade de carga de um sistema (ecossistema) e remete-nos para problemas como a taxa de perda de biodiversidade, as alterações dos ciclos biogeoquímicos, as mudanças climáticas, entre outros (LIU et al., 2015).

A dimensão social foca a qualidade de vida nas comunidades e relaciona-se com a coesão social e a afirmação da diversidade cultural, a qualidade das relações interpessoais e institucionais e a participação democrática (MCKENZIE, 2004). Destacam-se a pobreza, a fome, a equidade e justiça social como principais áreas de intervenção (CORTES, 2001; UN, 2015).

Figura 1 – Pilares e objetivos do Desenvolvimento Sustentável de acordo com o modelo dos três P's da sustentabilidade (pessoa, planeta e prosperidade)



Fonte: Modificado de Campbell e Heck, 1999

Considera-se que a dimensão econômica se prende com uma distribuição socialmente justa dos recursos, com a eficiência da sua gestão e com a produção de recursos alternativos de modo a que todos os cidadãos, no presente e no futuro, beneficiem de um

padrão de vida material adequado (CAMPBELL; HECK, 1999).

Reunindo um consenso francamente menor, outras propostas concebem o DS assente em quatro ou cinco pilares, quer propondo a adição de novas dimensões, quer reformulando parcialmente o “triângulo” original. Entre elas, figuram por exemplo, a dimensão:

- “institucional”, referindo-se à interação humana, às regras pelas quais ela é gerida e materializada em instituições, que surge em modelos de quatro dimensões e é adotada, por exemplo, por Dawodu, Akinwolemiwa e Cheshmehzangi (2017) e Valentin e Spangenberg (2000);

- “governança”, enfatizando a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão e a negociação e produção de soluções mais responsáveis e menos conflituosas, que ocorre em modelos de quatro dimensões (ex. SCHMIDT; TRUNINGER; GUERRA, 2017; VOSS; BAUKNECHT; KEMP, 2006);

- “cultural”, traduzindo a “capacidade de preservar a identidade cultural, além de permitir mudanças de acordo com valores culturais”, que aparece em modelos de quatro dimensões (ex. TONKOVIĆ; ZLATAR, 2014, p.2).

Outras propostas conceituais envolvem sobretudo a reformulação e/ou decomposição do pilar social em diversas variantes, em modelos de quatro dimensões como, por exemplo, o de James e Magee (2017) que inclui a “ecologia”, a “economia”, a “política” e a “cultura”, ou de cinco dimensões como, por exemplo, o de Bervar e Bertoncelj (2016), que inclui além das dimensões “ecologia” e “economia”, as dimensões “cultura”, “segurança” e “equidade”, operacionalizadas nos seguintes termos:

- “política”, sublinhando a necessidade de refletir sobre quais são as forças reguladoras que garantem a prevalência do bem comum no processo de desenvolvimento (ex. mercado, estado, participação democrática) (FREY, 2001), a eficácia e eficiência dos sistemas de organização política e a relação entre poderes;

- “cultura”, que é aqui entendida como fruto do bem-estar cultural através do diálogo intercultural (BERVAR; BERTONCELJ, 2016);

- “segurança”, realçando, ao nível geoestratégico, a paz e a estabilidade dos sistemas sociais (ex. BERVAR; BERTONCELJ, 2016); e

- “equidade”, correspondendo a uma reformulação do pilar “social”, que enfatiza o bem-estar das sociedades através da coesão social (ex. BERVAR; BERTONCELJ, 2016).

Outras formas, mais inclusivas e plurais, de conceber o DS afastam-se do modelo de três “P” originais (“people”, “planet”, “profit”), ou dos cinco “Ps” (“persons”, “profit”, “planet”, “participation”, “peace”) propostos na Agenda 2030, como o modelo de Seghezze (2009), que propõe como pilares por “Place”, “Permanence” e “Persons”, em que o primeiro se refere às dimensões física, geográfica e culturalmente construída dos espaços e lugares onde vivemos e interagimos; o segundo, destaca a dimensão da temporalidade dos efeitos das nossas ações, largamente negligenciada no debate da sustentabilidade; e o terceiro, salienta a vertente idiossincrática das “pessoas” como seres humanos individuais – uma perspectiva ausente dos anteriores modelos, em que eram abordadas como

membros indistintos da sociedade.

Entretanto, como referem James e Magee (2017), as modificações ao modelo dos três pilares raramente são acompanhadas de uma reflexão e justificação sobre as razões que lhe presidem. Acresce que muitas das dimensões propostas revelam uma indiferenciação entre pilar, meta (ex. equidade), domínio ou área de intervenção (ex. política) e/ou opção estratégica (ex. governança) que poderá obnubilar a função exercida pelos pilares, enquanto estruturas ou alicerces necessariamente interativos, na definição de DS.

Independentemente do modelo, o conceito de DS goza de uma aceitação generalizada entre os agentes sociais pertencentes a esferas muito diferentes (econômicas, políticas, sociais) e com interesses e agendas discordantes ou mesmo opostas, prestando-se a interpretações parciais ou até mesmo setoriais. No entanto, esta ambiguidade e a sua “natureza paradoxal” (LÓPEZ; ARRIAGA; PARDO, 2018, p.26) não representam apenas uma fragilidade, mas igualmente uma potencialidade a explorar. Ela traz grande riqueza ao diálogo social, uma vez que, as incertezas que envolvem esta noção reclamam não só a desconstrução conceitual continuamente debatida entre os peritos, mas também uma co-construção social, que procure “aproximar problemáticas e interesses diferentes, abrindo caminho para novas formas de relação” (CHAVES; RODRIGUES, 2006, p.103).

2.2 Representações sociais do desenvolvimento sustentável

Para poder evoluir e melhorar a qualidade de vida, é imprescindível envolver os diferentes atores sociais numa participação pública ativa, que passe não só por sondar as suas opiniões e sensibilidades em aspectos relacionados com o DS, mas também por as incluir efetivamente nas decisões de gestão, numa lógica de governança participativa (VASCONCELOS, 2015). Neste sentido, diversos estudos realizados no âmbito das representações sociais (RS), têm procurado interpretar as visões dos cidadãos e dos grupos sociais que integram as comunidades, detectando tendências nas problemáticas e preocupações que marcam o sentir de um coletivo num determinado momento. Algumas das áreas mais exploradas, neste sentido, têm sido a educação (ex. MELO, 2017) e a saúde (ex. BRITTO et al. 2015).

Comparativamente, as RS acerca do DS têm sido menos analisadas, embora existam algumas investigações. Destas, a maioria analisou as perspectivas de estudantes ou professores do ensino universitário, provenientes de diferentes áreas de formação (TECHIO; GONÇALVES; COSTA, 2016), ou de diversos países (RAMOS; KAWAMURA, 2009; BARTHES; JEZIORSKI, 2012; MATOS et al., 2012). A concentração de estudos em torno da população universitária vem restringir a representatividade dos resultados, uma vez que não é assegurada a sondagem dos pontos de vista de outros *stakeholders*.

São diversos os propósitos das pesquisas encontradas: umas, visam identificar os significados de DS em presença (ex: TECHIO; GONÇALVES; COSTA, 2016; MATOS et al., 2012; RAMOS; KAWAMURA, 2009); outras, pretendem verificar se a nacionalidade dos participantes (BARTHES; JEZIORSKI, 2012) ou a sua área de formação condicionam as representações encontradas; outras, ainda, pretendem detectar nas representações do DS a presença de conteúdos relativos à Educação Ambiental (FLORES; ROJAS, 2013;

PONS-GUTIERREZ, 2013).

De uns estudos para os outros variam consideravelmente as categorias de significados de DS encontradas. Alguns estudos, situando-se num nível de análise interindividual (RAMOS; KAWAMURA, 2009; FLORES; ROJAS, 2013; PONS-GUTIERREZ, 2013), chegam a tipologias de sustentabilidade, ao passo que os restantes, numa análise mais global, procuram identificar a RS coletiva de um determinado grupo. A diversidade tipológica está bem patente ao compararmos os sistemas propostos por Ramos e Kawamura (2009) – *sustentabilidade simplificada, de recursos, do meio natural, de recursos e do meio natural e humana* – por Flores e Rojas (2013) a partir da classificação realizada por Gudynas (2009) – *sustentabilidade débil, forte e superforte* – ou por Pons-Gutiérrez (2013) – *sustentabilidade intergeracional, ecologista, de equilíbrio, econômica, como projeto local, como programa de governo*.

No entanto, as perspectivas descritas nos vários estudos, mostram, na generalidade, a prevalência da vertente ambiental sobre as vertentes social e econômica da sustentabilidade (BARTHES; JEZIORSKI, 2012; MATOS et al., 2012; TECHIO; GONÇALVES; COSTA, 2016). Esta prevalência pode estar associada à ênfase dada à finitude dos recursos na transição para o novo paradigma ecológico (ex. SILVA; GABRIEL, 2009) no percurso académico.

Por outro lado, as perspectivas dos alunos inquiridos por Ramos e Kawamura (2009) mostram que as visões mais complexas – e que revelam a sustentabilidade inserida num contexto social, econômico e ambiental – são muito menos frequentes (apenas 9 dos 78 inquiridos) do que as mais simplificadas; e mesmo assim, ainda apresentam dificuldades em integrar os valores e as desigualdades sociais na sustentabilidade¹.

De modo a traçar um retrato mais abrangente das perspectivas de DS em presença nos Açores, a atual pesquisa diversifica a idade e o vínculo com o trabalho dos participantes e abrange residentes de cinco cidades desta região. Orientam a análise, as seguintes questões:

- Existirá uma RS do DS entre os participantes do estudo? Se assim for quais são os seus conteúdos e como está estruturada?
- Que problemas, finalidades e estratégias de ação estarão presentes nas suas perspectivas de DS?
- Encontrar-se-á uma representação do DS homogênea ou diferenciar-se-á consoante o papel que os participantes desempenham na sociedade?
- Em que medida as representações do DS detectadas corroboram ou divergem das encontradas em estudos congêneres?

1 - O estudo de Ramos e Kawamura (2009) diverge dos restantes nos procedimentos de recolha e análise usados, recorrendo a duas perguntas abertas cujos dados são sujeitos a análises de conteúdo.

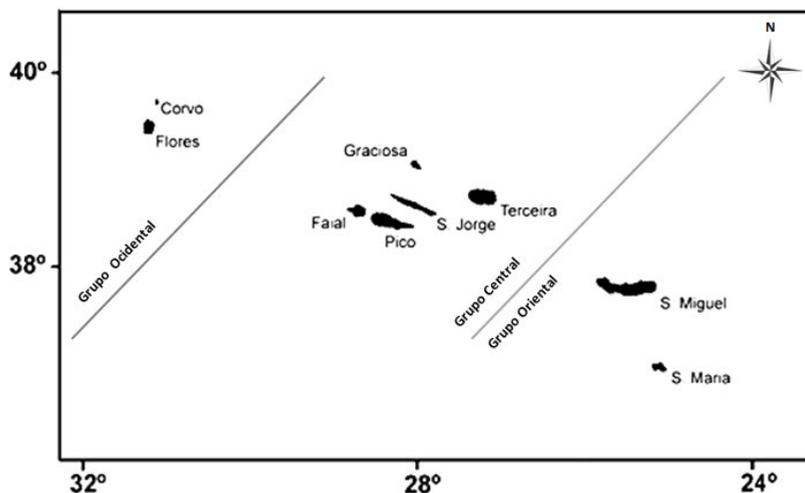
3. Metodologia

3.1 Contexto de estudo: o arquipélago dos Açores e as prioridades políticas do desenvolvimento sustentável regional

Os Açores situam-se no oceano Atlântico Norte a 1500 km da Europa, 1450 km de África e 3900 km da América e comportam nove ilhas, situadas ao longo de 600 km (Figura 2).

A população dos Açores totalizava no último censo 246.772 habitantes (121.534 homens, 49,25%), com uma densidade populacional de 106,3 hab/km² (SREA, 2012). Três ilhas, São Miguel (56%), Terceira (23%) e Faial (6%), concentravam, à data, 85% da população total do arquipélago. As taxas de desemprego (11,1%) e de atividade (46,6%) eram ligeiramente inferiores às médias nacionais (SREA, 2012).

Figura 2 – Mapa das nove ilhas que compõem a Região Autónoma dos Açores (Portugal)



Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

As cidades açorianas em que decorreu o estudo apresentam dimensões geográficas, densidades populacionais e volumes de negócio muito diferentes (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização sumária das cidades açorianas em que decorreu a pesquisa

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE		SÃO MIGUEL				TERCEIRA				FAIAL
		Ponta Delgada		Ribeira Grande		Angra do Heroísmo		Praia da Vitória		Horta
Gerais	¹ População	40.661		12.663		8.654		3.958		5.553
	Homens Mulheres	19.526	21.135	6.283	6.380	4 065	4.589	1.904	2.054	2.593 2.960
	¹ Área metropolitana (km ²)	20,6		8,3		4,8		3,7		2,9
	Data de elevação a cidade	1546		1981		1534		1981		1833
Sociais	¹ Densidade populacional (hab./km ²)	1974		1526		1803		1070		1915
	^{1#} Índice de envelhecimento	73,75		45,45		164,31		95,25		128,24
	⁴ Cursos da Universidade dos Açores ano 2018/19 (Prep. Lic. M.Sc. Ph.D.)	5 17 19 5		0		2 3 5 2		0		0 1 1
Económicos	¹ Taxa de desemprego da população residente com idade entre 15-24 anos (%)	35,99		36,36		29,77		33,02		26,36
	² Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes. *	879,5		–		278,8		199,2		505,9
	³ Distância ao aeroporto (km)	3,9		23,9		24,7		3,7		10,1
Ambientais	³ Área verde aproximada (km ²)	0,34		0,013		0,03		0,12		0,08
	² Consumo de água (m ³) *	6 053 521		2 080 270		3 357 584		1 596 575		1 710 547
	² Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.) *	559		482		730		464		552

(*) Indicador relativo ao município.

(1) Fonte: INE-Instituto Nacional Estatística. Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico – 2011, 2014.

(#) Índice de envelhecimento: razão entre as populações com 65 anos ou mais anos e a população com menos de 15 anos.

(2) Fonte: SREA, Serviço Regional Estatística Açores

(3) Fonte: Google Maps

(4) Fonte: Universidade dos Açores, <http://novoportugal.uac.pt/>

Ponta Delgada destaca-se pelo seu elevado potencial económico, sendo maior e mais densa e com um mercado de trabalho mais dinâmico do que todas as outras, em oposição principalmente à Horta. Angra do Heroísmo, primeira cidade dos Açores e património mundial, viu ao longo do tempo decair o seu protagonismo, em termos demográficos,

estratégicos, econômicos e culturais. O seu desempenho em termos de sustentabilidade social opõe-se especialmente à Ribeira Grande, cidade com o menor índice de envelhecimento, e elevadas taxas de analfabetismo e desemprego. Finalmente, a Praia da Vitória parece ter o melhor desempenho ambiental, com maior área verde e menor desperdício urbano por pessoa, sendo a cidade com menor número de habitantes.

À semelhança de outras regiões insulares periféricas, a economia dos Açores apresenta forte terceirização e grande dependência do exterior, lidando com problemas decorrentes da insularidade, da fragmentação territorial, da dependência econômica e de uma simplificação do mercado, com poucos bens e serviços exportáveis (GIL, 2016). Para além do setor público, o comércio, os transportes e as atividades de alojamento e restauração representam os principais motores econômicos, mas a pesca e a agricultura continuam a revelar-se fundamentais, com o mercado do leite como setor mais dinâmico; o turismo é considerado um setor de especialização emergente (PE, 2017). Segundo o Governo Regional, os Açores registam há três anos um aumento do PIB superior ao da média nacional (2,0% vs. 1,4%) (PE, 2017).

Na última década, as políticas públicas regionais, têm procurado enfrentar alguns problemas que desafiam a sustentabilidade, como sejam, a reduzida qualificação, o abandono escolar, e o desemprego jovem, reveladores de debilidades sociais estruturais que obstaculizam o desenvolvimento. Indicadores relativos a áreas bem diversas mostram também evidências da relevância dada à sustentabilidade nas metas regionais. Entre eles, destacam-se a:

- inclusão, em 2011, do DS, a par da “açorianidade”, como elemento transversal a todo o Currículo Regional da Educação Básica dos Açores (CREB); criação, também em 2011, dos Parques Naturais dos Açores seguida da produção do regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade (DLR nº 15/2012/A de 2 de Abril);
- disponibilização pelo governo da Cartilha de Sustentabilidade dos Açores, em 2017, para direcionar a transformação da sociedade e catalisar a adesão e mudança das práticas nos diversos sectores;
- certificação pela UNESCO, entre 2007 e 2016, da Paisagem da Cultura da Vinha (Ilha do Pico) e de Reservas da Biosfera (ilhas Graciosa, Corvo e Flores e as fajãs em São Jorge), além de 13 sítios Ramsar e do Geoparque Açores;
- certificação da qualidade dos produtos autóctones através da criação da Marca Açores, em 2016, promotora do DS e da preservação do património e da cultura açoriana;
- certificação, em 2019, como primeiro arquipélago do mundo considerado “destino turístico sustentável”, pelo *Global Sustainable Tourism Council*.

O investimento em torno da operacionalização, problematização e avaliação de impactos do DS na Região também está presente na produção científica, traduzindo-se em diversas publicações e supervisões de pesquisas científicas. Uma busca no RCAAP, contendo “sust”+”azores” no resumo de artigos em revistas científicas, resultou em 39

registros relativos a oito áreas de intervenção social, destacando-se os sectores: Recursos Marinhos (14), Turismo (7), Agricultura e Planeamento e Gestão (6 *ex aequo*). É nesta última que mais investigações exploram as perspectivas dos *stakeholders*, embora nenhum destes estudos incidida sobre as suas representações acerca da sustentabilidade ou do DS.

3.2 A abordagem das representações sociais como referencial teórico-metodológico

Entende-se por RS uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada (JODELET, 2003), que é ativamente reconstruída pelo sujeito e desempenha funções cruciais na elaboração e comunicação da realidade, forjando a sociedade e a identidade de cada um de nós (MOSCOVICI, 1978). Como produto de interação, as RS tentam explicar o mundo e os objetos sociais de acordo com o que uma comunidade partilha sobre eles (MACHADO; ANICETO, 2010). Moscovici (1978), afirma que o conteúdo de uma RS resulta da atividade do sujeito sobre o mundo e, reciprocamente, do meio sobre o indivíduo, pelo que é um bom veículo para aceder ao modo como, num determinado contexto social e momento histórico, um fenómeno como o DS vem sendo revelado e apropriado pelos diferentes interlocutores através dos seus discursos e ações.

A Teoria do Núcleo Central (TNC) (ABRIC, 2003) enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das RS, procurando compreender a natureza e funções que os sistemas de cognições interligadas asseguram numa representação. A operatividade da TNC resulta da possibilidade de apreensão da estrutura de relações entre os conhecimentos, opiniões, atitudes e crenças que constituem as RS de um objeto ou fenómeno socialmente valorizado (MACHADO; ANICETO, 2010; ABRIC, 2003). Para a TNC, a RS é formada por dois sistemas de cognições – o sistema central e o periférico – organizados pela conjugação da frequência e ordem das evocações num “quadro de quatro casas”, que funcionam como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar (ABRIC, 2003).

O sistema central, no primeiro quadrante, compreende as cognições que determinam a identidade da representação, isto é, aquilo que a distingue de outras, e tem por funções dar-lhe estabilidade e organizar os seus elementos. As cognições centrais são mais frequentes e mais prontamente evocadas (ABRIC, 2003), e constituem a parte mais consensual e estável da RS e menos dependente do contexto (BRITTO et al., 2015). Os elementos não-centrais constituem o sistema periférico, usualmente composto por *scripts* de práticas concretas (WACHELKE; WOLTER, 2011), com uma natureza mais funcional e descritiva e por isso mesmo mais concreta e com significados menos flexíveis. Estes ocupam os restantes quadrantes, sendo que a zona de contraste (quadrante inferior esquerdo) agrega elementos evocados prontamente mas pouco frequentes, que poderão sinalizar uma representação alternativa, eventualmente em competição, à expressa no núcleo; a primeira periferia (quadrante superior direito), aloja termos frequentes que servem de cintura de proteção ao núcleo central; a segunda periferia (quadrante inferior direito) contém os elementos considerados menos importantes, mais idiossincráticos e dependentes do contexto.

Interessando destrinçar o que há de comum nas perspectivas de DS de cidadãos

residentes em cidades dos Açores, optou-se por vincular este estudo à abordagem metodológica das RS.

3.3 Percurso metodológico de produção e análise dos dados

Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas no âmbito de um projeto mais abrangente (FUENTES-SÁNCHEZ, 2013; FUENTES-SÁNCHEZ et al., 2021), que se iniciavam com a aplicação de um Teste da Associação Livre de Palavras (TALP). A natureza projetiva da informação desencadeada com estímulos indutores constitui a sua principal mais-valia e explica a ampla aplicação no campo das RS (NEVES et al., 2014). Neste estudo, de caráter exploratório, o “DS” corresponde ao termo indutor elicitado pela questão “Quais são as primeiras palavras que lhe ocorrem quando se fala de DS?”. Os sujeitos puderam responder intuitivamente, indicando todas as palavras e expressões que desejaram e que foram listadas pela ordem de evocação.

O corpus de evocações resultante foi sujeito a procedimentos de redução aos termos mais frequentes por sinonímia (ex. plurais), reduzindo divergências e resolvendo ambiguidades (WACHELKE; WOLTER, 2011). A base de dados foi sujeita a diversas análises para explorar a extensão de campo semântico da RS, construir uma hipótese da sua organização interna através de uma análise prototípica, e testá-la por meio de uma análise de similitude. Esta abordagem metodológica plural permite aprofundar a compreensão da RS, robustecendo a validade dos seus resultados (ABRIC, 2003).

Para apreciar a extensão do campo semântico foram calculados três índices: Fluidez (número total de evocações), Amplitude (número de evocações diferentes) e Riqueza (razão entre amplitude e fluidez) (POELSCH; RIBEIRO, 2010).

Os dados do TALP foram processados através do programa *freeware* EVOG (*Ensemble de Programmes Permettant L'Analyse des Évocation*), versão 2003, que dispõe os termos evocados em quatro quadrantes, em função do cruzamento da frequência com a ordem média das evocações (OME) (VERGÈS, 2002). Para garantir a inclusão de pelo menos dois terços das evocações, foram consideradas todas as palavras que surgiram mais do que uma vez ($n=147$; 69,3%); a linha de corte das frequências para determinação dos quadrantes correspondeu à mediana e a das OME ao primeiro quartil.

Os mesmos dados foram posteriormente sujeitos a uma análise de similaridade, com o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) desenvolvido por Ratinaud, em 2009 (CAMARGO; JUSTO, 2013). A análise de similaridade baseia-se na teoria dos grafos e identifica a organização dos diversos elementos da representação através do seu grau de conectividade (ALVES-MAZZOTI, 2007), resultando numa árvore máxima que indica a organização e o poder associativo dos elementos da RS.

3.4 Os participantes

Participaram neste estudo 64 indivíduos, selecionados intencionalmente por máxima variação (PATTON, 2002), para explorar a diversidade de perspectivas entre diferen-

tes segmentos socioculturais da sociedade açoriana. A amostra estratificada incluiu três elementos do poder local (funcionários das câmaras municipais), três elementos ligados à educação e/ou investigação, dois comerciantes, dois representantes de associações não governamentais e três cidadãos de grupos com menor “voz” (emigrantes, reformados, donas de casa, desempregados), em cinco cidades de três ilhas. O estudo, realizado em 2011, foi divulgado via e-mail e boca-a-boca, tendo sido presencialmente entrevistados, por conveniência, os primeiros cidadãos de cada segmento que se disponibilizaram.

A composição do grupo de participantes revelou-se mais equilibrada em termos de gênero (31 mulheres e 33 homens) do que da composição etária ou habilitações académicas. Assim, metade do grupo tem entre 35-49 anos (54,7%), 29,7% têm idades entre os 19-34 anos e 15,6% têm 50 ou mais anos. A maioria dos inquiridos são licenciados (57,8%), e quase um quinto (18,8%) dispõe de habilitações superiores à licenciatura (mestrado, doutorado ou pós-doutorado); menos de um quarto têm formação ao nível do ensino médio (23,4%).

4. Análise e discussão dos resultados

Em resposta ao termo indutor DS, os 64 participantes produziram um total de 212 evocações (fluidez), 93 das quais distintas (amplitude) depois de efetuada a homogeneização dos sinónimos, o que corresponde a uma amplitude média de 3,3 palavras por pessoa. Esta amplitude indicia uma RS pouco uniforme, dado corroborado pelo valor mediano do índice de riqueza ($ir=0,44$), que revela o caráter pouco estruturado de uma RS em que os significados são apenas parcialmente partilhados no grupo. A dispersão terminológica do *corpus* é tão grande que, retirando de análise os termos com frequências inferiores a dois, ficamos com apenas 29% dos termos que o compunham inicialmente. As comparações das frequências de evocação dos termos mais comuns, em cada variável potencialmente preditora (sexo, faixa etária, ocupação profissional, cidade e ilha de origem), feitas por meio do teste do qui-quadrado, não revelaram quaisquer diferenças significativas, sugerindo a existência de uma representação de conjunto. Este dado só é aparentemente contraditório com a elevada dispersão encontrada, uma vez que há um núcleo homogéneo e muitos termos não partilhados. Techio e colaboradores (2016) também não encontraram uma relação significativamente diferente nas RS do DS entre estudantes universitários de áreas de formação diferentes.

O resultado da análise prototípica, patente no quadro das quatro casas (Tabela 2), expressa o conteúdo e a estrutura da RS para o termo indutor DS. No núcleo central, quadrante superior esquerdo, estão agrupados os termos “ambiente”, “economia” e “equilíbrio”. Este último, com menor ordem de evocação, transmite uma ideia chave do DS, imprescindível na ponderação de desideratos sociais muitas vezes antagónicos. Os dois termos mais frequentes correspondem a dois dos três pilares clássicos do DS (CAMPBELL; HECK, 1999).

Na primeira periferia, quadrante superior direito, figura apenas o termo “sociedade” ($n=10$, OME=3,100) que remete para o terceiro pilar da sustentabilidade, que aqui surge menos valorizado. A controvérsia gerada em torno desta dimensão e dos princípios que lhe

são inerentes tem dificultado a sua internalização, contribuindo, plausivelmente, para uma menor afirmação e divulgação (FOLADORI, 2002), também patente nestes resultados.

Novos significados são convocados para a noção coletiva de DS nos 12 termos encontrados na zona de contraste. Elementos essenciais à sustentabilidade, incluindo “recursos” e ferramentas como “gestão”, “emprego” e “educação”, produzem impactos sociais desejáveis focados na “qualidade de vida”, “desenvolvimento” e “crescimento”, reportáveis, possivelmente, a um “futuro”.

Na segunda periferia encontram-se reunidos diversos elementos que correspondem maioritariamente a opções estratégicas de promoção do DS (ex. “empreendedorismo”, “proteção”) e detalham-se alguns recursos (ex. “água”, “energias”).

Tabela 2 – Quadro das quatro casas do termo indutor “desenvolvimento sustentável” para cinco cidades dos Açores (Portugal) (N=64; Freq.=Frequência; OME=Ordem Média de Evocação)

	NÚCLEO CENTRAL			PRIMEIRA PERIFERIA		
	Palavra	Freq.	OME < 2,5	Palavra	Freq.	OME ≥ 2,5
n≥10	Ambiente	19	1,95	Sociedade	10	3,10
	Economia	19	2,32			
	Equilíbrio	12	1,58			
n<10	Recursos	8	2,00	Proteção	7	2,57
	Futuro	8	2,25	Energias	6	3,50
	Emprego	5	1,60	Permanência	4	2,50
	Desenvolvimento	5	2,20	Cultura	4	3,00
	Qualidade de vida	4	1,50	Geração	3	2,67
	Natureza	4	2,00	Empreendedorismo	3	4,33
	Cidadania	3	1,67	Pessoas	2	2,50
	Gestão	3	1,67	Bem-Estar	2	3,00
	Produtividade	3	1,67	Turismo	2	3,00
	Crescimento	2	1,50	Indústria	2	4,00
	Educação	2	1,50	Água	2	4,50
	Ecologia	2	2,00	Política	2	5,00
	ZONA DE CONTRASTE			SEGUNDA PERIFERIA		

Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

Constata-se que muitos dos termos que se encontram nos resultados das análises estruturais das evocações são equivalentes, diferindo sobretudo no quadrante que ocupam no quadro das quatro casas. Assim, em Techio e colaboradores (2016), as palavras elencadas no núcleo central e na primeira periferia (“ambiente”, “meio”, “natureza”,

“preservação”, “reciclagem”) sublinham a dimensão ambiental, ainda que, na primeira periferia, também apareçam termos relativos à dimensão econômica (“desenvolvimento”, “economia”) ou à vertente social (“consciência”). Também em Matos e colaboradores (2012), para além da expressão “meio ambiente”, encontram-se no núcleo central termos como “responsabilidade”, “consciência” e “inovação” que nos remetem para a dimensão social da sustentabilidade; aqui, os termos relativos à vertente econômica só aparecem na zona de contraste. Por outro lado, em Barthes e Jeziorski (2012), constata-se que a vertente ambiental do DS é realçada nos estudantes das três nacionalidades, embora a preocupação social divirja com a nacionalidade.

A representação do DS foca finalidades, dimensões, opções estratégicas e impactos necessários para o atingir, não sendo evocados termos relativos a problemas tipicamente relacionados com a sustentabilidade, como sejam, entre outros, a pobreza, o consumismo ou a erosão da biodiversidade, ainda que a pressão antrópica provocada pelo turismo na Região constitua uma ameaça reconhecida quer pelos cidadãos (MONIZ; SIMÃO, 2019) quer pelos investigadores (ex. HODGETTS et al., 2019). De facto, também noutros estudos (ex. MATOS et al., 2012; TECHIO; GONÇALVES; COSTA, 2016) nem os problemas nem as barreiras à sustentabilidade caracterizam as RS do DS.

O significado essencial da RS torna-se mais compreensível efetuadas análises de similaridade que esclarecem como se agrupam e organizam os elementos identificados. Contudo, em nenhuma das pesquisas anteriormente realizadas sobre as RS do DS estas análises foram realizadas.

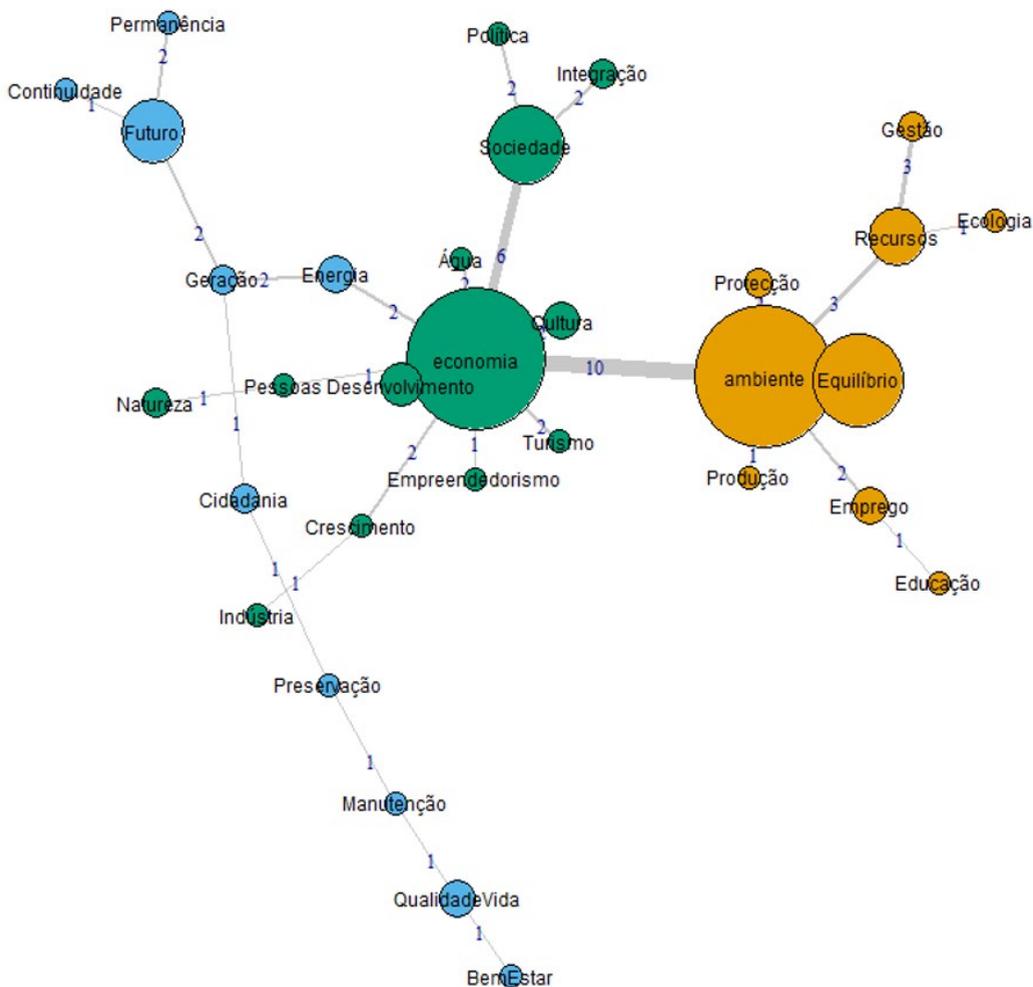
No presente trabalho, a árvore máxima de similaridade (Figura 3) corrobora a fraca amplitude lexical da RS e evidencia dois grupos com uma estrutura em estrela em torno dos elementos aglutinadores “economia” e “ambiente” e um terceiro filamentososo, com relações internas ténues.

Aqui, a “sociedade”, que ocupava a primeira periferia na análise prototípica, alia-se à “economia”, afastando-se da dimensão ambiental. Com aquelas surgem vários aspectos relativos a modelos de desenvolvimento e atividades econômicas (ex. “crescimento”, “empreendedorismo”, “turismo”, “cultura”), bem como a valorização de dinâmicas sociais inclusivas e politicamente refletidas. Este grupo apenas se interconecta com o grupo do ambiente pela via da economia, mostrando que a relação da sociedade com estas duas dimensões não se encontra introjetada na RS. A representação do “ambiente” surge mais estruturada nas preocupações com a sua “proteção”, também presente em Techio; Gonçalves; Costa, (2016), e a “gestão” efetiva dos “recursos” através da “educação” e da criação de “emprego” verde.

O grupo filamentososo anseia que no “futuro” o DS venha garantir às próximas “geração”(ões) a “preservação”, a “manutenção”, a “permanência” e a “continuidade” de um património que não surge aqui especificado, mas que poderá contemplar o material e o imaterial. Trata-se de apostar no DS como uma estratégia para promover a “qualidade de vida” e o “bem-estar” que não aceita perder o que há de bom no passado, evidenciando uma preocupação de identidade cultural particularmente presente na açorianidade (PIRES, 1997). O afastamento deste grupo vem corroborar a inexistência de uma interiorização

dos valores e princípios sociais nesta RS do DS.

Figura 3. Árvore máxima de similaridade que indica a organização e o poder associativo das evocações da representação social de Desenvolvimento Sustentável. A força do vínculo é representada pela espessura das arestas e pelo número de co-ocorrências nelas expresso (fc)



Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

O ambiente revela-se a dimensão central nos resultados dos estudos revistos, ocupando o núcleo central nas análises estruturais (TECHIO; GONÇALVES; COSTA, 2016; MATOS et al., 2012), liderando as frequências (BARTHES; JEZIORSKI, 2012), perpassando as categorizações de Ramos e Kawamura (2009), ao mesmo tempo que nesta pesquisa constitui um termo aglutinador de um grupo que se autonomiza na análise de similaridade (Figura 3).

No entanto, nesta pesquisa surgem enunciadas as três dimensões historicamente associadas à sustentabilidade, com o imaginário coletivo valorizando a necessidade de um equilíbrio entre elas. Embora a vertente social surja menos destacada, uma vez que não figura no núcleo central e aparece agregada à vertente econômica na árvore máxima, as problemáticas a ela associadas estão bastante presentes. Estas diferenças poderão estar relacionadas com a heterogeneidade dos papéis sociais exercidos pelos participantes deste estudo relativamente a homogeneidade das amostras de outros pesquisas.

Constata-se ainda que nesta RS do DS as dimensões que diferentes peritos têm procurado adicionar ao modelo dos três pilares, constituem termos que apenas gravitam em torno dos dois principais aglutinadores de DS: ambiente e economia. A inclusão ou exclusão de várias dimensões no conceito de DS está associada a diferentes perspectivas teóricas. Contudo, para negociar significados de DS mais generalizados na sociedade, com vista a agilizar o envolvimento de todos na sua construção, é fundamental continuar a investigar diferentes grupos de participantes (ex. faixa etária, país, formação, setor de atividade) que revelem o modo como as suas RS se vão construindo na prática.

5. Conclusões

A dispersão conceitual em torno do conceito de DS continua bem presente na literatura da especialidade e pouco se sabe sobre as perspetivas de diferentes *stakeholders*. Promover a sustentabilidade exige explorar o que as populações pensam, necessitam e desejam para garantir a definição de políticas e estratégias de desenvolvimento local possam ser implementadas com sucesso (SCHMIDT; TRUNINGER; GUERRA, 2017).

Diversamente de outros estudos, a representação encontrada centra-se em torno dos três pilares clássicos do DS e os seus principais desafios e opções estratégicas. A localização de muitos dos significados que a povoam sugere uma tendência evolutiva da RS que contempla a promoção da qualidade de vida, de condições mais igualitárias e dos instrumentos e estratégias para as alcançar, bem como a ideia de preservar o futuro para as novas gerações.

No entanto, a ideia prevaiente não parece introjetar a interpenetração simultânea de preocupações e necessidades ambientais, econômicas e sociais. Ela encontra-se um passo atrás, gizando inter-relações parciais em que a vertente econômica surge salientada, interligando-se quer com a ambiental quer com a social, ainda que esta última reúna menor expressão e esteja ausente a ligação entre as vertentes ambiental e social. Estas inter-relações entre pares lembram os modelos de comunidades justa e viável propostos por Tanguay e colaboradores (2009).

Além disso, não há na RS veiculada significados em que transpareça a identidade com o lugar habitado, o seu património, os seus problemas e anseios. Encontra-se, em seu lugar, uma representação genérica que, coadunando-se com o discurso científico, retém dele sobretudo os seus princípios universais e dimensões clássicas.

Novas pesquisas, utilizando amostras mais diversificadas, tal como aconteceu neste estudo, mas com maiores contingentes por setor, diferentes universos (ex. estratifi-

cação etária), ou metodologias complementares (ex. BRUNEL et al., 2018; FUENTES-SANCHEZ et al., 2021), permitirão aferir a validade destes resultados, expandir o seu significado e acompanhar a evolução que necessariamente sofrerá.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os participantes deste estudo a disponibilidade demonstrada, bem como a três revisores anónimos e ao editor da revista, pelos seus comentários que muito beneficiaram uma versão anterior do artigo.

Referências

ABRIC, J.C. Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. **Papers on Social Representations**, v.2, n.2, p.75–78, 1993.

ABRIC, J.C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In Campos P.H.F.; Loureiro. M.C.S (Org.), **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: UCG. 2003. p.37-57.

ALVES-MAZZOTTI, A.J. Representações da identidade docente: uma contribuição para a formulação de políticas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v.15, n.57, p.579-594, 2007.

BARTHES, A., & JEZIORSKI, A. What kind of critical university education for sustainable development?. **Journal of Social Science Education**, v.11, n.4, p.405-417, 2012.

BERVAR, M.; BERTONCELJ, A. The five pillars of sustainability: economic, social, environmental, cultural and security aspects. In: MANAGEMENT INTERNATIONAL CONFERENCE, 2016, p.243-244, Pula, Croatia.

BRITTO, S. M. et al. Representação social dos enfermeiros sobre cuidados paliativos. **Revista Cuidarte**, v.6, n.2, p.1062-1069, 2015.

BRUNEL, et al. Is the social representation of nanotechnology anchored in that of GMOs?. **Journal of Risk Research**, v.21, n.10, p.1248-1263, 2018.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v.21, n.2, p.513-518, 2013.

CAMPBELL, L.C.; HECK, W.W. La perspectiva ecológica del desarrollo sostenible. In: DOUGLAS, F. (coord.) **Principios del Desarrollo Sostenible**. Madrid: AENOR, 1999, p.65-87.

CHAVES, M.P.S.R.; RODRIGUES, D.C.B Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.8, n.13, p.99-106, 2006.

CORTES, A. Desarrollo sustentable, pobreza y calidad de vida. *Ambientico. Revista mensual sobre actualidad ambiental*, n. 92, p.18-21, 2001.

DAWODU, A.; AKINWOLEMIWA, B.; CHESHMEHZANGI, A. A conceptual re-visualization of the adoption and utilization of the pillars of sustainability in the development of Neighbourhood Sustainability Assessment Tools. *Sustainable Cities and Society*, v.28, p.398-410, 2017.

DLR-Decreto Legislativo Regional n.º15/2012/A de 2 de Abril de 2012. *Jornal Oficial dos Açores-1.ª SÉRIE*, n.55, p.1150. 2012.

FLORES, R.C.; ROJAS APARICIO, A.C. Representaciones sociales de la sustentabilidad. *DE-LOS Desarrollo Local Sostenible*, v.6, n.17, p.1-15, 2013.

FOLADORI, G. Avances y límites de la sustentabilidad social. *Economía, sociedad y territorio*, v.3, n.12, p.621-637, 2002.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, v.4, n.9, p.1-34, 2001.

FUENTES-SÁNCHEZ, A. **Estudio preliminar de la sustentabilidad de las ciudades de las islas Azores**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza). Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 2013.

FUENTES-SÁNCHEZ, A. et al. Urban sustainability: Q Method application to five cities of the Azorean islands. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.57, p.34-56, 2021 .

GABRIEL, R., et al. Selecção de marcos internacionais, nacionais e regionais no âmbito da educação ambiental para a compreensão da evolução no domínio. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.23, p.21-54, 2014.

GIL, A. Thematic section: sustainable development and environmental conservation in the outermost European regions. *Island Studies Journal*, v.11, n.1, p.5-8, 2016.

GUDYNAS, E. Desarrollo sostenible: posturas contemporáneas y desafíos en la construcción del espacio urbano. *Vivienda Popular*, n.18, p.12-19, 2009.

HODGETTS, N. et al. **A miniature world in decline**. Brussels, Belgium: IUCN. 2019.

IAP2-International Association for Public Participation. **IAP2 Public Participation Spectrum**, 2014, Disponível em: <https://www.iap2.org.au/>. Acesso em jun. 2018.

ICEF7. **Abstract booklet of the 7th International Conference on Environmental Future: Humans and Island Environments**. Honolulu, 2018. Disponível em: <http://manoa.hawaii.edu/7ICEF/>. Acesso em jun. 2018.

INE-Instituto Nacional de Estatística. **Censos - Resultados definitivos. Região Autónoma dos Açores-2011**. 2012. Disponível em: <http://censos.ine.pt/>. Acesso em jun. 2018.

- INE-Instituto Nacional de Estatística. **Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico – 2011**. 2014. Disponível em: <https://www.ine.pt/>. Acesso em jun. 2018.
- JAMES, P; MAGEE, L. **Domains of sustainability**. *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance*. Springer International Publishing, Basel, p.1-17. 2016.
- JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In. __ (Ed.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 2003.p.31-61.
- LIU, J. et al. Systems Integration for Global Sustainability. *Science*, v.347, n.6225, p.963-972, 2015.
- LÓPEZ, I.; ARRIAGA, A.; PARDO, M. La dimensión social del concepto de desarrollo sostenible: ¿La eterna olvidada? *Revista Española de Sociología*, v.27, n.1, p.25-41, 2018.
- MACHADO, L.B.; ANICETO, R.A. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. *Ensaio, Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, n.18, v.67, p.345-364, 2010.
- MATOS, F.R.N. et al. Representações sociais e sustentabilidade: o significado do termo para alunos do curso de administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v.13, n.4, p.707-734, 2012.
- McKENZIE, S. Social sustainability: Towards some definitions. *Hawke Research Institute Working Paper Series*, n.27, 2004.
- MELO, M.A.P. **Representações sociais sobre a escola e o trabalho docente: professores de Sociologia no ensino médio nas escolas públicas de Goiânia**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- MONIZ, F.; SIMÃO, J. A percepção dos stakeholders sobre o desenvolvimento turístico-o caso da ilha de São Miguel, Açores. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v.17, n.5, p.975-988, 2019.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NEVES, D.A.B., et al. Protocolo verbal e teste de associação livre de palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. *PontodeAcesso*, v.8, n.3, p.64-79, 2014.
- PATTON, M.Q. **Investigación cualitativa y métodos de evaluación**. 3ªed. Sage Publications: Thousand Oaks, 2002.
- PE-Parlamento Europeu. **Estudo para a Comissão REGI: A situação económica, social e territorial dos Açores (Portugal)**. 2017. Disponível: <http://www.europarl.europa.eu/>. Acesso em jun. 2018.
- PIRES, A.M. O homem açoriano e a açorianidade. *História das ilhas atlânticas*, v.2, p.149-158, 1997.

POELSCH, G.; RIBEIRO, R. Ancoragens e variações nas representações sociais da corrupção. *Análise Social*, n.196, p.419-445, 2010.

PONS-GUTIERREZ, J.M. *Las representaciones sociales del medio ambiente, la educación ambiental y la sustentabilidad en los funcionarios públicos*. Tese (Mestrado em Educación Ambiental), Universidad de Guadalajara. México, 2013.

PURVIS, B.; MAO, Y.; ROBINSON, D. Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability science*, v.14, n.3, p.681-695, 2019.

RAMOS, F.A.; KAWAMURA, M.R.D. Representações sobre sustentabilidade: contribuições para a abordagem de questões ambientais. *Anais Eletrônicos*, 2009, p.1-12.

SCHMIDT, L.; TRUNINGER, M.; GUERRA, J. *Sustentabilidade: Primeiro Grande Inquérito em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

SEGHEZZO, L. The five dimensions of sustainability. *Environmental Politics*, v.18, n.4, p.539-556, 2009.

SILVA, E.; GABRIEL, R. *As atitudes face ao ambiente em regiões periféricas*. Angra do Heroísmo: FCT & Universidade dos Açores. 2009.

SREA-Serviço Regional de Estatística dos Açores *Censos 2011*. 2012. Disponível em: <https://srea.azores.gov.pt/>. Acesso em jun. 2018.

TANGUAY, G.A., et al. *Measuring the sustainability of cities: A survey-based analysis of the use of local indicators*. *CIRANO, Scientific Series*. Université du Québec, Montreal, v. 2, p.1-29, 2009.

TECHIO, E.M.; GONÇALVES, J.P.; COSTA, P.N. Representação social da sustentabilidade na construção civil: a visão de estudantes universitários. *Ambiente & Sociedade*, v.19, n.2, p.187-206, 2016.

TONKOVIĆ, Ž.; ZLATAR, J. Sustainable development in island communities: The case study of Postira. *European Countryside*, v.6, n.3, p.254-269, 2014.

UN-United Nations. *Report of the Third International Conference on Small Island Developing States*. SIDS Conference, Apia, Samoa, September 2014. Disponível em: <http://www.un.org/>. Acesso em jun. 2018.

UN-United Nations. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. (No. A/70/L.1), New York: United Nations. 2015.

VALENTIN, A.; SPANGENBERG, J.H. A guide to community sustainability indicators. *Environmental Impact Assessment Review*, v.20, n.3, p.381-392, 2000.

VASCONCELOS, L. (coord.) *Sustainability in the 21st Century – The Power of Dialogue*. MARGov Project – Collaborative Governance of Marine Protected Areas, 2015.

VERGÈS, P. **Manuel ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations**. EVOC 2000. Aix en Provence: CNRS, 2002.

VOSS, J.P.; BAUKNECHT, D.; KEMP, R. (Eds.) **Reflexive governance for sustainable development**. Edward Elgar Publishing. 2006.

WACHELKE, J.; WOLTER, R. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.27, n.4, p.521-526, 2011.

WCED-World Commission on Environment and Development. **Our common future**. Oxford University Press, Oxford, 1987.

Ana Fuentes Sánchez

✉ anuska1583@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0766-4980>

Submetido em: 24/08/2018

Aceito em: 14/04/2021

2021;24e:02121

Ana Moura Arroz

✉ ana.mm.arroz@uac.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8279-4470>

Rosalina Gabriel

✉ rosalina.ma.gabriel@uac.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3550-8010>

Como citar: FUENTES-SÁNCHEZ, A.; ARROZ, A. M.; GABRIEL, R. Representações sociais acerca do desenvolvimento sustentável: as perspectivas de residentes de pequenas cidades insulares. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021.

Representaciones sociales sobre el desarrollo sostenible: las perspectivas de residentes en pequeñas ciudades insulares

Ana Fuentes Sánchez
Ana Moura Arroz
Rosalina Gabriel

São Paulo. Vol. 24, 2021

Artículo original

Resumen: El desarrollo sostenible (DS) figura entre las metas de la sociedad contemporánea, recalcando la necesidad de su redefinición colectiva y apropiación social y personal. Para ello es relevante analizar cómo los individuos aprenden el proceso de construcción de la sostenibilidad. La representación social del DS de una muestra intencional de 64 stakeholders oriundos de cinco ciudades azorianas, fue examinada a través del análisis prototípico y de similitud de una asociación libre de palabras. Los datos fueron analizados usando los programas Evocation 2003 e IRAMUTEQ, e interpretados de acuerdo con el enfoque estructural de las representaciones sociales. La representación resultante identifica los tres pilares clásicos del DS, sus principales desafíos y opciones estratégicas. Destaca el lugar central del pilar económico, interconectado con el ambiental y social, aunque este último con menor énfasis. Importa acompañar la evolución de esta noción de DS que parece más sofisticada que las encontradas en estudios similares.

Palabras-clave: Ambiente; Azores (Portugal); economía; gobernación; sociedad.

Como citar: FUENTES-SÁNCHEZ, A.; ARROZ, A. M.; GABRIEL, R. Representaciones sociales sobre el desarrollo sostenible: las perspectivas de residentes en pequeñas ciudades insulares. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180212r1vu2021L3AO>

Social representations about sustainable development: the perspectives of residents of small islands' cities

Ana Fuentes Sánchez
Ana Moura Arroz
Rosalina Gabriel

São Paulo. Vol. 24, 2021
Original Article

Abstract: Sustainable development (SD) is one of the goals of contemporary society, underlining the need of its collective redefinition and social and personal appropriation. For this, it is relevant to analyze how individuals understand the process of building sustainability. The social representation of the SD of an intentional sample of 64 stakeholders from five Azorean cities was explored through prototypical and similarity analysis of a free association of words. The data were analyzed using the programs Evocation 2003 and IRAMUTEQ and interpreted according to the structural approach of social representations. The resulting representation identifies the three classic pillars of the SD, as well as its main challenges, and strategic options. The economic pillar held a central place, interconnecting both with the environmental and the social pillars, although the latter showed less emphasis. It is important to keep monitoring the evolution of this SD representation, that appears to be more sophisticated than other notions found in similar studies.

Keywords: Azores (Portugal); economy; environment; governance; society.

How to cite: FUENTES-SÁNCHEZ, A.; ARROZ, A. M.; GABRIEL, R. Social representations about sustainable development: the perspectives of residents of small islands' cities. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180212r1vu2021L3AO>